



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

## Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A Política e a Emancipação Humana na Ontologia do Ser Social Marxiana: a emancipação social como única possibilidade de transitar para além do capital</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Hormindo Pereira de Souza Júnior<sup>1</sup></b>	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Vamos buscar, neste artigo, explicitar a concepção de revolução e a distinção feita entre emancipação política e emancipação social na Ontologia do Ser Social marxiana. A produção teórica, de Karl Marx, forma um todo coeso, que se reafirma em suas concepções essenciais a cada desenvolvimento. O que significa dizer que não há na obra marxiana uma contraposição entre as formulações de juventude e as formulações da maturidade. O "Jovem Marx" realiza os lineamentos de sua elaboração filosófica e científica com asserções fundamentais que mais tarde serão levadas a desenvolvimento, e que assinalam a unicidade estrutural de seu pensamento. Portanto, a reflexão política marxiana toma corpo desde os primeiros escritos.</p> <p>A política é, segundo Marx, uma atividade meio, datada historicamente e instrumental. É algo que há de ser superado. Esta concepção da política recusa o entendimento de que ela constitui uma dimensão do humano e do social de forma permanente e estrutural. Marx recusa as elaborações que se pautam pela busca da perfectibilidade da política compreendida como algo inerente à essência do social.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Emancipação Política; Emancipação Social, Revolução			
ABSTRACT			
<p>Let's look at this article, explain the concept of revolution and the distinction between politics emancipation and social emancipation in the Ontology of Social Being Marxian. The theoretical work of Karl Marx, form a cohesive whole, which is reaffirmed in its basic concepts to each development. What does it mean that there is no work in a Marxian formulations contrast between youth and maturity of the formulations. The "Young Marx" makes the outlines of his philosophical and scientific development with fundamental assertions that later development will be carried, and which mark the structural uniqueness of his thinking. Therefore, the Marxist politics debate takes shape from the early writings.</p> <p>The politics is, according to Marx, an activity means, historically dated and instrumental. It's something that has to be overcome. This conception of political rejects the understanding that it constitutes a dimension of human and social permanently and structural. Marx rejects the elaborations that are guided by the pursuit of perfectibility of politics understood as something inherent to the essence of social.</p>			
KEYWORDS			
Emancipation politics, Social Emancipation, Revolution			

“O princípio da política é a vontade. Quanto mais unilateral, isto é, quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente aos limites naturais e espirituais da vontade e, conseqüentemente, tanto mais é incapaz de descobrir a fonte dos males

<sup>1</sup> Doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor adjunto do Departamento de Administração Escolar e do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETE-FAE/UFMG). Coordenador acadêmico do Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Escolar da Escola de Gestores da Educação Básica Pública do MEC, em parceria com a UFMG. E-mail: hormindojunior@gmail.com

sociais.”(Marx, Glosas críticas ao artigo: O rei da Prússia e a reforma social de um Prussiano, 1844).

A produção teórica, de Karl Marx, forma um todo coeso, que se reafirma em suas concepções essenciais a cada desenvolvimento essa produção é tão absolutamente inconclusa que só pode efetivar-se em co-autoria com os sujeitos sociais de cada tempo histórico. Não há na produção teórica marxiana uma contraposição entre as formulações de juventude e as formulações da maturidade. O “Jovem Marx”, realiza os lineamentos de sua elaboração filosófica e científica com asserções fundamentais que mais tarde serão levadas a desenvolvimento, e que assinalam a unicidade estrutural de seu pensamento. Portanto, a reflexão política marxiana toma corpo desde os primeiros escritos.

Em 1848, no Manifesto do Partido Comunista, Marx escreve:

“Uma vez desaparecidos os antagonismos de classe no curso do desenvolvimento e sendo concentrada toda a produção propriamente dita nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá o seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”.(1998:p.28).

O Manifesto é a expressão em forma de texto de um fantasma que rondava a Europa: o fantasma da revolução. Este fantasma tomou vida com a publicação do Manifesto Comunista e concretizou-se com o movimento histórico de várias Primaveras do Povo: as revoluções de 1848, a AIT, a Comuna de Paris, a Internacional Socialista.

As idéias presentes no Manifesto também influenciaram as revoluções do século passado na Rússia, na Espanha, na China, no Vietnã, em Cuba, dentre muitas outras como as propostas de socialismo democrático na Europa Ocidental e central.

O Manifesto Comunista marcou profundamente o mundo contemporâneo. Sua ressonância universal, suas implicações políticas e culturais fazem dele um texto fundador, constitutivo de um movimento histórico de longo alcance.

O Manifesto é o primeiro escrito que propõe uma alternativa concreta ao capitalismo e anuncia a revolução de 1848, dirige-se não a um país isoladamente mas ao mundo burguês em seu conjunto.

Introduz várias categorias que formam o arcabouço do pensamento marxiano e que permeiam a historiografia e a sociologia contemporâneas: o de modo de produção (feudal, burguês, comunista), de classes (burguesia, pequena burguesia, classes

médias, proletariado, lumpem), crise, poder, dominação/exploração, luta (política, econômica), coalizões, partido, internacionalismo.

O Manifesto se divide em três partes:

I - É uma exposição brilhante e precisa da sociedade burguesa capitalista, da luta de classes que se desenvolve sobre a base desta sociedade. Demonstra como a burguesia se formou no seio do antigo regime feudal, como se transformou gradualmente suas condições de existência, que papel revolucionário teve e a que grau surpreendente desenvolveu as forças produtivas da sociedade e como criou, pela primeira vez na história, as possibilidades da emancipação humana.

Mostra como e de que modo progressivo, o proletariado se constitui em uma classe especial e explica como e de que forma desenvolve sua luta contra a burguesia. Expõe e refuta todas as objeções formuladas pelos ideólogos burgueses contra o comunismo.

II - Expõe as formas de ação dos comunistas frente ao proletariado e suas organizações partidárias. Deixa claro as finalidades do movimento de emancipação política e de emancipação humana: “o comunismo se caracteriza pela abolição da propriedade burguesa e não pela abolição da propriedade em geral”.

Convém destacar aqui, uma interessante particularidade: O Manifesto diz que os comunistas não são um partido especial, oposto aos outros partidos operários. Seus interesses são os mesmos do proletariado, em geral não pretendem modelar o movimento operário, formulando princípios particulares. Para Marx, partido é identidade de classe e os dois partidos centrais são o partido do capital e o partido do trabalho.

III - Nesta parte, o Manifesto analisa as correntes fundamentais que então se faziam presentes no movimento operário da época. Critica-as com violência e contrapõe ao socialismo reacionário, ao socialismo conservador ou burguês e ao socialismo e comunismo crítico utópicos um programa revolucionário do novo comunismo crítico proletário. Conclui esta parte com um chamado internacionalista: Proletários de todos os países uni-vos!.

As teses centrais apontadas no manifesto continuam plenamente atuais:

I - A lógica imanente à ordem do capitalismo onde é crescente a produção de riqueza num pólo que por sua vez é proporcional a crescente miséria no outro pólo.

II - A tese da crescente apropriação privada dos frutos do trabalho humano e

III - consequência disso, a tese da luta de classes

Todas as três perfeitamente atuais o que demonstra a atualidade das idéias fundamentais do Manifesto que ainda não foram superadas.

O Manifesto Comunista é a substancialização de um movimento pela emancipação humana liberadora de energias sociais aprisionadas pela lógica da apropriação privada dos frutos do trabalho humano. É perspectivante de uma ordem humano-societária do trabalho. E nisto, ainda não foi superado.

É perfeitamente compreensível no Manifesto do Partido Comunista a concepção negativa da política. A política é, segundo Marx, uma atividade meio, datada historicamente e instrumental. É algo que há de ser superado. A concepção onto-negativa da política recusa o entendimento de que ela constitui uma dimensão do humano e do social de forma permanente e estrutural. Marx recusa as elaborações que se pautam pela busca da perfectibilidade da política compreendida como algo inerente à essência do social.

São em suas obras do período de 1841 a 1848, a saber, Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro, Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. (Introdução), Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844, Glosas críticas de 1844, Teses Ad Feuerbach, A questão judaica, A Sagrada Família, A Ideologia Alemã, A miséria da filosofia e no Manifesto do Partido Comunista, que Marx elabora os lineamentos fundamentais tendo em vista investigar o tema da revolução enquanto tal, compreendido na distinção entre emancipação política e emancipação social. A compreensão desta temática demanda uma pesquisa textual árdua e rigorosa, uma vez que é uma temática abordada em vários momentos, desde a sua juventude.

Marx, no Prefácio à Crítica da Economia Política (1859) afirma a importância de sua obra de juventude e, também, de sua obra como um todo:

“Os pontos decisivos de nossas concepções (**dele próprio e de Engels**) foram cientificamente esboçados pela primeira vez, ainda que de forma polêmica, no meu texto contra Proudhon publicado em 1847: A Miséria da Filosofia”.(1987:p31). (**O grifo é nosso**)

A concepção da política em Marx é expressão cabal do caráter ontológico de sua teoria social. O que significa dizer que a realidade objetiva é determinante nas suas formulações, como podemos verificar no seguinte trecho da Ideologia Alemã:

“Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica. O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos (...) O fato, portanto, é o seguinte: indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal como realmente são, isto é, tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade”.(2007:p.86).

Na sociedade moderna ocorre uma cisão entre Estado e sociedade civil, entre os âmbitos político e social, público e privado. Momento histórico em que o poder político será necessariamente afastado do social se colocando acima deste, e o Estado será sempre o Estado de uma parte da sociedade civil que se emancipa e se sobrepõe às outras. Um Estado que representasse o poder da sociedade civil como um todo desapareceria por ser inútil. É neste sentido que superar a política seria pois, superar as próprias classes sociais. A sociedade civil é o lugar onde os homens realizam o seu direito privado, onde o direito humano passa a ser o direito egoísta do indivíduo solitário. E o público passa a ser o guardião do privado. Na modernidade, o indivíduo passa a se contrapor à coletividade – a sociedade organizada pelo capital contrasta com cada um dos homens. Com o surgimento do Estado capitalista surge a completa oposição entre o público e o privado. Tomando como exemplo o poder político no mundo grego, vemos que ele é comunal. O conjunto destas oposições produz uma mutilação da dimensão propriamente humana do homem. Porque o homem só se faz homem em sociedade, na relação com outros homens. Segundo Marx o indivíduo só é indivíduo na coletividade. O Estado político acabado se configuraria como o “ceu” da sociedade civil:

“Onde o Estado político já atingiu seu verdadeiro desenvolvimento, o homem leva, não só no plano do pensamento, da consciência, mas também no plano da realidade, da vida, uma dupla vida: uma celestial e outra terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ser coletivo, e a vida na sociedade civil, em que atua como particular; considera outros homens como meios, degrada-se a si próprio como meio e converte-se em juguete de poderes estranhos. O Estado político conduz-se em relação à sociedade civil de modo tão espiritualista como o céu em relação à terra (...) No Estado, onde o homem é considerado como um ser genérico, ele é um membro imaginário de uma

soberania imaginária, acha-se despojado de sua vida individual e real e dotado de uma generalidade irreal”.(1970:p. 26,27).

Nessa ordem de reflexões a emancipação política difere da emancipação social. A emancipação política, ainda não é a emancipação humana. Diz Marx a este respeito:

“a emancipação política não é o modo radical e insento de contradições da emancipação humana (...) ao emancipar-se politicamente, o homem o faz por meio de um subterfúgio, através de um meio, mesmo que seja um meio necessário”. (1970:p. 26,27).

A questão da revolução, em Marx, aponta sempre para a emancipação humana. Para a objetivação infinita do homem.

Estudar os lineamentos fundamentais de caráter ontológico da obra marxiana é fundamental para contrapor aos “marxismos”, prováveis descaminhos na tentativa de análise e interpretação que teriam destituído esta teoria social do seu verdadeiro significado.

É ainda buscar respostas para os desafios contemporâneos humanos e políticos – resgatar a possibilidade de pensar o homem em suas questões fundamentais, em seu processo real de objetivação.

Realizar esta busca significa estudar a teoria social marxiana em sua articulação com a práxis, teoria e práxis que mutuamente se dão sentido. Entender o pensamento marxiano concebido enquanto teoria social radical: que vai até à raiz e faz uma representação rigorosa e globalizante do mundo. Teoria e práxis que se articulam: vai até à raiz e revoluciona.

Temos aqui rapidamente esboçada a concepção marxiana da revolução enquanto tal – uma ação radical transformadora, realização de uma filosofia também radical. Para onde aponta esta práxis transformadora, e que tipo de emancipação – política ou social – poderia efetivar a emancipação humana e em que condições.

O mundo contemporâneo e recentes fatos históricos colocam-nos desafios e interrogações acerca de situações concretas que demandam pesquisa rigorosa. Desafios e interrogações que comprovam a atualidade e urgência histórica da investigação de questões fundamentais para o homem, como a questão da revolução e a perspectiva da superação da política.

A política só seria superada pela criação de novas formas de sociabilidade. A práxis construtiva seria ação da emancipação social. A emancipação social é a única forma possível de transitar para além do capital. Neste sentido, segundo Marx, só uma classe da sociedade civil que contenha em si os anseios da humanidade como um todo, e que portanto não seja meramente uma classe da sociedade civil mas a sociedade civil integralmente representada, pode realizar a emancipação humana. Esta classe é o proletariado:

“ ... a possibilidade positiva da emancipação alemã reside na formação de uma classe com cadeias radicais, de uma classe da sociedade civil que não é uma classe da sociedade civil; de um estamento que é a dissolução de todos os estamentos; de uma esfera que possui um caráter universal por seus sofrimentos universais e que não reclama para si nenhuma justiça especial, porque não se comete contra ela nenhuma injustiça especial, mas a injustiça pura e simples; que já não pode reclamar um título histórico, mas simplesmente o título humano que é, numa palavra, a perda total do homem, e que, portanto, só pode se recuperar a si mesma através da recuperação do homem. Esta dissolução da sociedade como um estamento particular é o proletariado”. (2005: p. 155).

A emancipação social tem como norte a emancipação humana. O proletariado, por representar a perda total de humanidade seria o sujeito dessa emancipação. A emancipação social se faria em determinadas condições e de determinadas maneiras ditadas pela realidade. Em relação ao programa extraído da ata do congresso socialista de Gotta, realizado em maio de 1875, Marx foi interrogado em 1878, numa entrevista ao Chicago Tribune:

“Pergunta: Este programa é aplicável unicamente à Alemanha e a mais um ou dois outros países?”

Marx: Extrair de um programa apenas essas conclusões seria desconhecer as atividades do movimento. Numerosos pontos deste programa não tem a menor significação fora da Alemanha. A Espanha, a Rússia, a Inglaterra e a América do Norte têm seus próprios programas particulares adaptados às suas próprias dificuldades. O único ponto comum é o objetivo final.

Pergunta: E esse objetivo é o poder operário?

Marx: “É a emancipação dos trabalhadores”. (1988: p. 87).

Por tudo o que foi dito, emancipação dos trabalhadores parece ser aqui emancipação humana. A revolução humana, universal, provavelmente não se realizaria na emancipação política, mas pela emancipação social. Para se efetivar a revolução seria preciso determinadas condições materiais objetivas, que organizariam e propiciariam as condições subjetivas. Nessa ordem de reflexões, a história hoje nos comprovaria como as condições materiais são absolutamente necessárias. Tomando como exemplo o ator principal do amplo quadro dos países que amargam as conseqüências dos erros de suas revoluções – a União Soviética – poderíamos concluir que a revolução russa teria atingido o patamar de uma emancipação política efetivada sem a base material necessária, e teria perdido desde logo a condição de efetivar a emancipação social. O que hoje ocorre mundialmente não seria, portanto, um desmentido de Marx, mas a sua reafirmação: a emancipação social não se realiza sobre um quadro de miséria. Não houve, conseqüentemente, transição para a emancipação social nos países do Leste.

A emancipação política por si só não construiria uma ordem social de características novas. Isto caberia à emancipação social – reordenar o quadro de produção e reprodução das bases da existência humana. Assim, diz-nos Marx:

“Toda emancipação é a redução do mundo humano, das relações, ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral. Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas *forces propres* como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana”. (1970: p. 51,52).

A propriedade maior da obra de Marx é a de proporcionar uma determinação fundamental para superar as relações sociais vigentes sob o sistema do capital; porém, não só. Pois, os objetivos

centrais das tematizações marxianas se colocam no plano do entendimento de como do “macaco” se dá o homem ou, colocado de outra forma, como o homem se humaniza.

Estudar Marx, é preservar a possibilidade de tematizar o humano em suas questões fundamentais. É pensar o homem como autoconstrutor, como fazedor de sua própria história, que se eleva ao estatuto de infinito enquanto possibilidade de desenvolvimento humano. A produção material da existência humana continua sendo o ponto de partida principal para quem deseja compreender com rigor científico e inequivocamente radical, a ordem social do capital como realizado pelo pensador alemão.

## Bibliografia

Marx, Karl & Engels, Friedrich. A Ideologia Alemã. Boitempo Editorial. São Paulo. 2007.

Marx, Karl & Engels, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: Reis Filho, Daniel Aarão. (Org.) O Manifesto Comunista 150 anos depois. Editora Fundação Perseu Abramo, Contraponto. Rio de Janeiro. 1998.

Marx, Karl. A Questão Judaica. Editora Moraes. São Paulo. 1970.

Marx, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: Marx, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel. Boitempo Editorial. São Paulo. 2005.

Marx, Karl. Entrevista com o fundador do socialismo moderno – Chicago Tribune, dezembro de 1878. (Apresentação de Bert Andreas). In: Chasin, J. (Org). Marx Hoje. Volume 1. Editora Ensaio. São Paulo. 1990.

Marx, Karl. Glosas críticas ao artigo: O rei da Prússia e a reforma social de um Prussiano. Revista Práxis n. 5. Ed. Joaquim de Oliveira, Belo Horizonte. 1995.

Marx, Karl. Para a crítica da Economia Política. In: Coleção os Pensadores. Nova Cultural. São Paulo. 1987.

Souza Júnior, Hormindo Pereira de. Editorial: Para a Crítica da Economia Política (1859). Revista Trabalho & Educação. Belo Horizonte. 2008.